

POTÊNCIA LÉSBICA E CORPO-FICÇÃO: UMA ONTOLOGIA DESVIADA INSURGENTE

Sarah Rocha dos Santos¹

INTRODUÇÃO

Parto da hipótese central de que a lesbianidade, compreendida como ontologia desviada insurgente, corrói a gramática da troca de mulheres que estrutura o sistema de sexo/gênero. Ao interromper a produção de sujeitos generificados como destino natural e imutável, a vivência lésbica desloca circuitos de reconhecimento que alimentam o capital social masculino. Para isso, atualizo a leitura antropológica estruturalista de Gayle Rubin tecendo um diálogo com Judith Butler, Monique Wittig, Adrienne Rich e Paul B. Preciado e propondo o corpo-ficção lésbico como um operador analítico da visibilidade de práticas de deserção e de invenção que desobedecem aos roteiros dominantes.

O objetivo é reler criticamente o ensaio *O Tráfico de Mulheres*: notas sobre a economia política do sexo, articulando esse texto fundacional à noção de capital social masculino e às críticas contemporâneas à heterossexualidade compulsória. Evidencio a circulação de mulheres como moeda de troca e como a política lésbica, ao recusar essa posição, implode a economia simbólica do sistema de sexo/gênero e desestabiliza a hegemonia desse capital.

Mais que vestígios de um passado patriarcal, a cena contemporânea evidencia a reprodução sistemática de hierarquias entre homens e mulheres. Nesse enquadre, *O Tráfico de Mulheres*, publicado em 1975 por Rubin, permanece como contribuição decisiva para compreender a engrenagem simbólica que sustenta o patriarcado. A autora propõe o conceito de sistema de sexo/gênero para descrever a estrutura social dominante da política sexual que transforma a diferença sexual em um regime político e social. Não se trata de mera interpretação da biologia, mas de sua culturalização, produtora e reiteradora de desigualdades de gênero como fundamento da vida coletiva. Inspirando-se na antropologia estrutural de Lévi-Strauss, Rubin demonstra que o parentesco, organizado pelos tabus da homossexualidade e do incesto e pela troca de mulheres, constitui o dispositivo central dessa engrenagem. Nesse sistema, a mulher é convertida em moeda de circulação entre homens para

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, sarahrochadossantos@hotmail.com

consolidar alianças e transmitir prestígio, assegurando a coesão de uma ordem que, em sua própria estrutura, institui a desigualdade. Como assinala a autora, “a organização social do sexo baseia-se no gênero, na obrigatoriedade do heterossexualismo e na repressão da sexualidade da mulher” (RUBIN, 2017, p. 27).

Em sua concepção antropológica, Rubin sustenta que as formas sociais do sexo e do gênero requerem tipos específicos de pessoa. As sociedades se empenham em garantir que jovens desenvolvam traços de caráter necessários para manter a ordem em funcionamento. Se o objetivo social e sexual de determinada cultura é a existência de formações familiares heterossexuais, a reprodução desde a infância será consonante aos papéis reprodutivos heterossexuais, com supressão de papéis e identificações homossexuais.

Esse arranjo impõe a heterossexualidade como destino obrigatório, cristalizando a divisão sexual em papéis dicotômicos e hierarquizados e confinando a sexualidade feminina à função reprodutiva. Rubin identifica nesse processo o tabu da similitude, entendido aqui como proibição de paridade não hierárquica entre homens e mulheres. A reafirmação permanente da divisão sexual demonstra que diferenças anatômicas, biológicas e hormonais não possuem o caráter natural que a mitologia do sexo e do gênero lhes atribui. A exigência de assegurar uniões heterossexuais, sustentadas por interdependência econômica entre os sexos, revela a heterossexualidade como construção social compulsória, reiterada como condição de sobrevivência coletiva.

Na espinha dorsal desse sistema está o tabu da homossexualidade, definido por Rubin (2017) como interdito a arranjos sexuais que não incluam ao menos um homem e uma mulher, o que obriga ao casamento heterossexual. Esse interdito assegura a centralidade da união heterossexual e implica a supressão do componente homossexual da sexualidade humana, a consequente opressão de pessoas homossexuais e a imposição de que o desejo seja orientado para o outro sexo. O desejo heterossexual é inscrito no mesmo movimento em que se interdita a possibilidade erótica homossexual. O resultado é a produção compulsória de sujeitos generificados e heterossexuais como se fossem inatos, apagando sua condição histórica. A suposta naturalidade da heterossexualidade feminina, apresentada como universal e imutável, resulta de imposição social e ideológica (RICH, 2010; NAVARRO-SWAIN, 2000).

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo articula uma análise teórico conceitual e revisão crítica sob leitura genealógica e crítica discursiva, orientada por contribuições primárias em Rubin e dialógicas em Butler, Preciado, Wittig e Rich, enquanto cartografias recentes sobre política lésbica e

sobre o capital social masculino complementam o conjunto. O trabalho mapeia a conexão entre parentesco, divisão sexual do trabalho e regulação do desejo. Em seguida, analisa como o tabu da homossexualidade e a heterossexualidade compulsória instituem regimes de verdade que fabricam ontologias de gênero e balizam formas possíveis de subjetivação. Por fim, examina a lesbianidade como corpo-ficção política que interrompe a gramática da troca de mulheres e reconfigura a economia de reconhecimento e de circulação social. Entendo corpo-ficção como produção material e afetiva que reinscreve o corpo em constante tensionamento com a cultura, tornando visível a fabricação normativa do sistema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do ponto de vista teórico, evidencia-se que a heterossexualidade compulsória e o tabu da homossexualidade operam estruturalmente no sistema de sexo/gênero e sustentam a dominação de minorias sexuais. A legitimação de alianças e a reprodução de subjetividades generificadas naturalizam como essência aquilo que é efeito de poder.

A cartografia construída permite transitar das considerações estruturalistas de Rubin à análise butleriana que se debruça sobre enunciados identitários, proibições do desejo e a inscrição ontológica do eu generificado. Em seguida Rich, Wittig e Preciado contribuem para a discussão ao discorrerem sobre como a existência lésbica desafia um regime que tenta tomá-la pela lente da ininteligibilidade, expondo, com isso, a gramática que naturaliza a diferença sexual como origem, trajetória e destino. Nesse ponto, corpo-ficção nomeia práticas que materializam a recusa e inauguram outros modos de existir.

A leitura atualizada de Rubin contextualiza e articula parentesco, culturalização da divisão sexual e regulação do desejo. O que Rubin aponta como tráfico de mulheres, isto é, a circulação das mulheres enquanto moeda de troca no sistema de sexo/gênero sustenta circuitos de reconhecimento, autoridade e capital social masculino pela reafirmação da matriz de inteligibilidade heterossexual como medida de valor social. Para delimitar capital social masculino, adoto a ideia de redes entre homens que se alimentam da equivalência mulher-moeda e convertem posições conjugais (re)produtivas em ganhos simbólicos e materiais.

Wittig radicaliza o diagnóstico ao demonstrar que a categoria mulher funciona como instrumento de conservação do regime heteropatriarcal. Ao tensionar a categoria pela lesbianidade, revela-se que não se trata apenas de papéis, mas de uma posição produzida por relações específicas de poder e saber. Preciado explicita a materialidade técnica e discursiva das ficções sexuais e indica que dispositivos de produção de sexo e gênero normativos podem

ser pirateados por práticas contrassexuais lésbicas, abrindo brechas corporais e afetivas que desobedecem aos roteiros dominantes. Enquanto as homossocialidades masculinas apesar de imporem desafios ao tabu da homossexualidade e à heterossexualidade compulsória, diferentemente da homossocialidade feminina, não questionam de forma tão radical e radial o sistema de sexo/gênero com sua hierarquização de gêneros e hegemonia masculina. Isso porque é o desejo e a vivência homoerótica lésbicos que tensionam profundamente toda a lógica de troca de mulheres. Assim, partindo para pesquisas mais contemporâneas, demonstro a partir da discussão proposta pelas autoras Amato, Gomes e Moreira, que o campo normativo tenta reinscrever corpos lésbicos como disfuncionais e indóceis, confirmando o caráter político insurgente dessa desobediência.

Os achados indicam deslocamentos relevantes no modo de subjetivação e enlaçamento cultural a partir das lesbianidades. Quando a gramática da troca de mulheres é interrompida, alteram-se mapas de reconhecimento, formas normativas de parentesco e regimes de autoridade que sustentam a economia simbólica hegemônica do sexual. Emergem arranjos de convivência, cuidado e aliança que não dependem da equivalência mulher-moeda e corpo-capital, com ampliação de repertórios de desejo e de sociabilidade para além do binário e para além do que Mbembe nomeia como gestão necropolítica da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da releitura de Rubin em diálogo com Butler, Rich, Wittig e Preciado, demonstrei que o sistema de sexo/gênero se sustenta na circulação de mulheres e na interdição da homossexualidade como subjetivação possível no laço contemporâneo. A heterossexualidade compulsória e o tabu da homossexualidade operam como infraestrutura de dominação ao produzir ontologias de gênero e regimes de verdade. A articulação com a ideia de capital social masculino evidenciou circuitos de reconhecimento que consolidam a gramática da troca de mulheres e o consequente fortalecimento da hegemonia masculina necropolítica colono patriarcal.

Nesse cenário, a política lésbica aparece como uma potência para fraturar a estrutura do que é instituído como inato, imutável, inteligível e intransponível. Ao recusar a posição de moeda e deslocar a teleologia reprodutiva que organiza parentesco e trabalho, a lesbianidade opera como corpo-ficção política. Esse operador interrompe roteiros de inteligibilidade, desarranjando mecanismos culturais engessados e aniquiladores e reabrindo a possibilidade de vínculos, desejos e formas de comunidade que não dependem da equivalência

mulher-mercadoria. O efeito é simultaneamente ontológico e institucional, pois transforma a forma do eu e, ao mesmo tempo, redesenha espaços de reconhecimento.

As contribuições concentram-se, portanto, na seguinte chave de leitura. Primeiramente atualizo o debate rubiniano, explicitando como a crítica discursiva permite rastrear operadores de necessidade, metáforas de circulação e silenciamentos que normatizam papéis sexuais. Proponho, por fim, de modo muito incipiente, corpo-ficção como uma categoria operatória para pensar práticas de deserção e de invenção e inscrição que corroem a economia simbólica da virilidade e a matriz única de inteligibilidade heteronormativa.

Reconheço implicações metodológicas limítrofes que demandam tarefas futuras. O corpo teórico mobilizado é expressivamente ocidental e exige ampliação com pesquisas que se proponham interseccionais e considerem os atravessamentos de raça, classe, colonialidade e regionalizações do parentesco.

Palavras Chaves: Corpo-ficção, Lesbianidade, Sistema de sexo/gênero, Tabu da Homossexualidade.

REFERÊNCIAS

AMATO, Bruna; BARBOSA GOMES, Andrieli; DE AVILA MOREIRA, Maria Regina. Eu não sou o homem da relação: ressignificação BUTCH como operação política, agenciamento pós-humano e transprodução de feminilidade. **Communitas**, Rio Branco, v. 5, n. 9, p.110–126, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/4607>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, Durham, v. 15, n. 1, p. 11–40, 2003. DOI: 10.1215/08992363-15-1-11.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é o lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRECIADO, Paul B. Prótese, mon amour. In: PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 197–207.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, n. 5, p. 17–44, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 26 ago. 2025.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2017. p. 8–61. Obra original de 1975.

WITTIG, Monique. O pensamento heterossexual. In: WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual e outros ensaios**. Tradução de Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 55–67.